

Este material foi testado com as seguintes questões de acessibilidade:

- PDF lido por meio do software *NVDA* (leitor de tela para cegos e pessoas com baixa visão);
- Guia da *British Dyslexia Association* para criar o conteúdo seguindo padrões como escolha da fonte, tamanho e entrelinha, bem como o estilo de parágrafo e cor;
- As questões cromáticas testadas no site *CONTRAST CHECKER* (<https://contrastchecker.com/>) para contraste com fontes abaixo e acima de 18pts, para luminosidade e compatibilidade de cor junto a cor de fundo e teste de legibilidade para pessoas daltônicas.

Entre abismos e horizontes, diálogos: Uma experiência de extensão na UFG

**Between abysses and horizons, dialogues: An
extension experience at UFG**

**Entre abismos y horizontes, diálogos: Una
experiencia de extensión en la UFG**

Eliane Gonçalves

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil

elianego@ufg.br

Deyvid Santos Morais

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil

ydmorais@gmail.com

Resumo: Este artigo trata do projeto de extensão “Abismos e Horizontes: Diálogos sobre o Contemporâneo”, conduzido pelo Ser-Tão – Núcleo de Ensino, Extensão e Pesquisa em Gênero e Sexualidade da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás –, entre 2020 e 2023, em modo remoto. Ao longo de três temporadas, o projeto proporcionou uma plataforma para a expressão de diversas vozes, incluindo intelectuais, ativistas e gestores/as de diversas regiões do país. O texto contempla as 14 entrevistas realizadas, oferecendo reflexões críticas e delineando caminhos de superação das crises sanitária e política no período recente. Esta iniciativa de extensão universitária, que alcançou considerável participação do público interno e externo da UFG, exemplifica a eficácia da interseção entre saberes acadêmicos e não acadêmicos, demonstrando como a mobilização de diferentes agentes

fomenta estratégias coletivas de análise e transformação da realidade.

Palavras-chave: Brasil. Conhecimento. Extensão universitária. Política.

Abstract: This article deals with the extension project “Abysses and Horizons: Dialogues about the Contemporary”, conducted by Ser-Tão – Teaching, Extension and Research Group on Gender and Sexuality of the Faculty of Social Sciences at the Federal University of Goiás, between 2020 and 2023 remotely. Throughout three seasons, the project provided a platform for the expression of different voices, including intellectuals, activists, and managers from various regions of the country. The text includes the 14 interviews carried out, offering critical reflections and outlining paths of overcoming the health and political crises in the recent period. This university extension initiative, which achieved considerable participation from UFG's internal and external public, exemplifies the effectiveness of the intersection between academic and non-academic knowledge. Thus, it demonstrates how the mobilization of different agents fosters collective strategies for analysis and transformation of reality.

Keywords: Brazil. Knowledge. Democracy. University extension. Politics.

Resumen: Este artículo examina el proyecto de extensión “Abismos y Horizontes: Diálogos sobre lo Contemporáneo”, realizado por Ser-Tão – Núcleo de Enseñanza, Extensión e Investigación en Género y Sexualidad de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad Federal de Goiás, de 2020 a 2023, en formato remoto. A lo largo de tres temporadas, el proyecto proporcionó una plataforma para la expresión de diversas voces, incluyendo intelectuales, activistas y gestores/as de diversas regiones del país. El

texto incluye las 14 entrevistas realizadas, ofreciendo reflexiones críticas y delineando caminos de superación en las crisis sanitaria y política en el período reciente. Esta iniciativa de extensión universitaria, con participación notable de la comunidad interna y externa de la UFG, ilustra la eficacia de combinar conocimientos académicos y no académicos, demostrando cómo la colaboración de diferentes agentes impulsa estrategias colectivas de análisis y transformación de la realidad.

Palabras clave: Brasil. Conocimiento. Democracia. Extensión universitaria. Política.

Data de submissão: 20/07/2023

Data de aprovação: 03/08/2023

Introdução

Qualquer que seja a definição de extensão universitária, ela aponta sua indissociabilidade com as esferas do ensino e da pesquisa, como um “processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico, tecnológico e político que promove a interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade” (RESOLUÇÃO CONSUNI N° 39/2020). A extensão se traduz pela mobilização de saberes e a articulação entre conhecimento acadêmico e não acadêmico, envolvendo grande variedade de agentes. Embora difira em termos de *status* e prestígio se comparada ao ensino e à pesquisa, ela tem ganhado reforço institucional, sobretudo com a recente aprovação da Resolução CEPEC/UFG n° 1.699 de 2021, que regulamenta as Atividades Curriculares de Extensão (ACEx) como parte integrante dos Projetos Pedagógicos dos cursos (PPC) de graduação. É também um dos itens da avaliação dos programas de pós-graduação realizada pela Capes.

Dados do Análise UFG de 2023 informam que existem 2013 projetos de extensão em andamento, vinculados às suas 30 unidades acadêmicas. É sobretudo pela extensão que o Ser-Tão – Núcleo de Ensino, Extensão e Pesquisa em Gênero e Sexualidade (doravante apenas Ser-Tão) – reconhecido dentro e fora da UFG. Embora tenha realizado pesquisas importantes e colaborativas ao longo de seus 16 anos, é pelos cursos, grupos de estudo, eventos e projetos que se faz a tessitura de sua vocação, que é possibilitar diálogos transformadores nas pautas prioritárias que conferem sua identidade.

Até o início de 2020, todas as ações do núcleo eram realizadas presencialmente. Em momentos diferentes, oferecemos atividades no campus I (Faculdade de Direito e Museu Antropológico); nas dependências da PUC/GO, em ações em parceria com esta universidade; no Centro Cultural da UFG, entre outros. Em anos mais recentes, as atividades foram, fundamentalmente, desenvolvidas no Campus II. Com a pandemia de Covid-19, que forjou outras formas de agir coletivo para seguir com ensino, pesquisa e extensão, o Ser-Tão também aderiu ao mundo remoto, *online*, e se reinventou. Segundo Cláudia Mélo *et al.* (2021), durante a pandemia, 87,5% das IES públicas optaram por continuar as ações de extensão durante 2020, com 87,9% sendo adaptadas e 71,8% com flexibilização das normas. Ou seja, mesmo neste cenário, as universidades mantiveram atividades de extensão, elaborando novas estratégias de continuidade.

O Ser-Tão, historicamente, se soma aos esforços de fomentar a teoria feminista, crítica e sobre a diferença na universidade, ao tempo que faz isso sob um aspecto de mão dupla: permite que o debate seja integrado ao currículo acadêmico, renovando-o e lançando luz às suas contribuições frequentemente escondidas no fazer científico; e para a formação do ambiente interno acadêmico, permitindo que um movimento externo seja produzido, o contato através de seus projetos de extensão, pesquisa e diálogo com os ativismos e espaços da sociedade civil.

Esta é uma das características de projetos de extensão similares. Márcia Alves da Silva (2018) relata a trajetória do

Observatório de Gênero e Diversidade da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), criado em 2014 com o objetivo de aproximar pesquisadores/as que trabalhavam com essa temática em caráter interdisciplinar. A partir dessa formalização, o observatório alcança grupos externos à instituição, constituídos na região, como o Conselho Municipal de Direitos da Mulher e coletivos autônomos. O projeto de extensão permite que o espaço universitário seja afetado nessa integração, provocando-o, pois como lembra Silva (2018, p. 296):

Assim como as mulheres foram, historicamente, excluídas da produção de conhecimento científico, da mesma forma as temáticas de gênero e sexualidade também foram pouco incorporadas nos currículos acadêmicos, apesar da considerável produção advinda da teoria feminista e dos estudos de gênero. Essa situação é consequência direta de muito tempo de exclusão das mulheres na história da humanidade.

A prática extensionista como uma *práxis* das diferenças é fundamental, porém não exclui as dificuldades em promovê-la, dadas as assimetrias das áreas de conhecimento – como as velhas distinções entre ciências biológicas, exatas e as ciências humanas –, assim como a distribuição dos recursos para que esses projetos se desenvolvam.

Além desses desafios e oportunidades que se desenham na trajetória das ações de extensão em universidades brasileiras, a pandemia obrigou uma sequência de atividades a serem reinventadas, como o caso do Ser-Tão. Carmen Campos *et al.* (2022) apresentam três projetos de extensão na Universidade

Estadual de Maringá ligados à luta contra a violência doméstica, prestando atendimento e promoção de ações em parceria com o Estado e organizações da sociedade civil, que mostram as dificuldades não apenas de manterem as atividades assegurando atendimento a vítimas de violência, como também para as mulheres pesquisadoras que geriam o projeto, apontando que “a experiência da pandemia não é igual para homens e mulheres” (Campos *et al.*, 2022, p. 3).

O projeto do ser-tão e a pandemia

O projeto de extensão “Abismos e Horizontes – diálogos sobre o contemporâneo” foi uma realização do Ser-Tão, que é vinculado à Faculdade de Ciências Sociais da UFG, no período entre 2020 e início de 2023, momento em que docentes, discentes e técnicos tiveram de transformar suas casas em locais de trabalho e repensar formas de agir enquanto o isolamento ou distanciamento social prevaleceram. Em sessões bimestrais, o projeto reuniu 14 interlocutores/as – intelectuais, políticos, ativistas e atores sociais diversos – comprometidos com a causa da democracia. A concepção do projeto e a coordenação das duas primeiras temporadas foram de responsabilidade dos docentes Eliane Gonçalves e Luiz Mello. A terceira temporada foi coordenada pelas docentes Mariana Prandini e Rayani Mariano. Em todas, contamos com o apoio de bolsistas de extensão (Probec), voluntários, docentes e discentes vinculados ao Núcleo. Respeitando o critério da pluralidade de vozes e expressões, conseguiu atingir este objetivo recebendo pessoas distintas em

termos de sexo/gênero, raça/cor, etnia, geração, orientação erótica/sexual e de região do país. Os objetivos principais da ação foram, em síntese:

- Promover espaço de interlocução sobre a conjuntura nacional e internacional, a partir da perspectiva de análise crítica humanista das crises sanitária, social, política, cultural e econômica decorrente da pandemia da Covid-19;
- Fomentar a busca de elaborações teóricas e caminhos práticos voltados à superação das exclusões, discriminações e sofrimentos, em particular dos segmentos sociais definidos a partir de eixos de opressão diversos e que se interseccionam, com ênfase em gênero, sexualidade, cor/raça, idade e classe social, entre outros.
- Contribuir para a formulação de propostas e políticas comprometidas com a superação da desigualdade estrutural.

O artigo busca reunir os diálogos que estão disponíveis no canal do Ser-Tão no YouTube, oferecendo uma descrição sumarizada das sessões e focalizando aspectos centrais e comuns das falas.

Ano 1 - 2020

Sônia Correa inaugura as sessões da primeira temporada dos “Diálogos”. Arquiteta de formação, é como pensadora e analista política que se tornou uma das feministas brasileiras de maior projeção internacional. À frente do Observatório de Sexualidade e Política (um fórum global composto de pesquisadoras/es e ativistas de vários países e regiões do

mundo), ela vem, há décadas, refletindo e atuando politicamente na pauta dos direitos sexuais e reprodutivos, entre outras. Sônia nos conta que foi criada numa família agnóstica e secular, tendo sido diretamente influenciada pela atmosfera cultural dos anos 1960, “de amálgama entre micro e macropolítica”. Seu “desembarque” no feminismo brasileiro, em meados dos anos 1970, era pautado pelas lutas por justiça social, pela saúde das mulheres, não por um feminismo liberal. Sônia participou de todas as articulações que resultaram nas principais conferências mundiais das Nações Unidas que marcaram os anos 1990: a Conferência de População no Cairo, em 1994, e a Conferência da Mulher, em Beijing, em 1995. Explorou com riqueza de detalhes o panorama que vivemos e nos ofereceu análises instigantes para pensarmos nos abismos e, também, nos horizontes.

Segundo ela, atravessamos um cenário de duas catástrofes: a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, e a pandemia de Covid-19, cujo desafio é justamente “entender a tormenta dentro dela”, e dos eixos que a caracterizam: sentimento de desordem, crise, violência estrutural e o tema da corrupção. Na pandemia, exacerbou-se a virulência antiaborto e antigênero que marcam o Brasil desde os tempos coloniais. A pandemia é a constatação da dimensão biopolítica, onde gênero e sexualidade não são cortinas de fumaça, como somos levados a acreditar, mas estão no cerne, “no coração dessas ideologias, das mobilizações do giro à direita e nos seus projetos de sociedade”.

A política neoliberal escancarada na pandemia fez a sexualidade cruzar com a economia, revelando as dinâmicas de acumulação nas quais grupos socialmente marcados como, por

exemplo, as trabalhadoras sexuais, tiveram dificuldades para acessar recursos emergenciais. Portanto, declara: “é um desafio para o futuro; não estamos defendendo a democracia, estamos em um estágio de contenção da erosão democrática”. Neste modelo de gestão política, os cidadãos são reduzidos a consumidores e votantes, desaparece a sociedade como esfera política e o Estado é um mal necessário, só para reprimir. O que resta para os pobres é o acolhimento pelas igrejas (conservadoras), que penetram nas relações sociais. Um dos desafios apontados por Sônia na agenda da justiça sexual e reprodutiva no âmbito dos direitos é a possibilidade de construir políticas da amizade e de solidariedade, ou seja, não apostar em formas isoladas de lutas identitárias.

Muito próxima às ideias de Sônia está a abordagem do convidado para a segunda sessão, Marco Aurélio Máximo Prado. Ele é professor associado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e pós-doutor pela Cátedra de Estudos Brasileiros na Universidade de Massachusetts/Amherst, EUA. Sua apresentação pessoal destaca quatro eixos interligados que o ajudaram a compor sua trajetória como ativista e intelectual: 1) a origem familiar e as experiências em uma atmosfera carregada de contradições – civis letrados, militares e uma mãe com uma “racionalidade feminista” –, que lhe permitiram pensar a filosofia, a democracia “desde um afeto político”; 2) os anos 1980 e 90: o surgimento do HIV/AIDS e as experiências comunitárias urbanas na gestão de Luiza Erundina [primeira prefeita da cidade de São Paulo (1988-1992)]; a

formação acadêmica no mestrado e no doutorado, as análises marxistas e o ponto de vista de Agnes Heller sobre a importância da vida cotidiana; 3) a Psicologia como profissão e a experiência como psicólogo em um sindicato de costureiras em São Paulo; 4) a vida acadêmica que lhe dá enorme prazer e que “junta as outras pontas” em um exercício raro de viver a democracia. Nos anos 2000, funda-se o Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH/UFG).

Pensando o contexto da pandemia no Brasil, Marco realiza um paralelo com a epidemia de HIV/AIDS tal como figura em seu artigo escrito em co-autoria com Rogério Diniz Junqueira (2020), quando analisam o solo comum das duas experiências e, entre outras, a noção equivocada de “grupo de risco”. Nesse sentido, ele se propõe a ver na pandemia uma dimensão de oportunidade, de horizonte metodológico, para além da catástrofe. Propõe, igualmente, pensar gênero e sexualidade como formas articuladas, dispositivos, arranjos de cenas, e não apenas “como estruturas maiores que nós, que nos impedem de ver os abismos e as catástrofes”.

Para Marco, a ideia de abismo é algo que vem de longe, que possui uma longevidade pretérita e uma longevidade também no futuro. Misturar a ideia de gestão com política permite visualizar como operam certos deslocamentos que vêm sendo naturalizados: o cidadão virou consumidor; o trabalhador virou colaborador; e o povo virou massa. Com o tempo, deixamos de nos indignar, nos encaixamos demais, criamos identidades demais, reforçando, em muitos pontos, hierarquias e exclusões. Borrámos demais as fronteiras, nos tornamos indiferentes, e não

diferentes, sem possibilidades de alianças no agir político. Esse abismo é um arranjo histórico que, no caso da pandemia de Covid-19, coincide com a guinada à direita. Ela deve ser pensada no “entrepandemias”, sendo, também, uma distopia. No intervalo entre uma e outra, a crise política se agrava e a crise econômica é a pior em décadas. Na AIDS, o Brasil assume uma postura responsável, corajosa, de destaque, algo bem distinto do que vimos na gestão da Covid-19.

AIDS e Covid-19 têm pontos de ligação, dizem respeito a nós e às nossas formas de vinculação. É óbvio que as pandemias incidem sobre o econômico e os pobres são os mais afetados, mas o que interessa é o que está sendo disputado: ciência, política, cotidiano. A pandemia envolve desde a ideia de risco geral, o que o governo faz, até a ideia de particularidade, do que fazemos nas relações mais íntimas. Isso é a pandemia como gestão política. Para Marco, um dos pontos preocupantes quando pensamos nos abismos, é a captura dos discursos progressistas e suas distorções.

Sobre os horizontes, Marco enxerga, sobretudo na ciência, as maiores potencialidades. Por exemplo, repensar a produção individual do conhecimento para formas mais colaborativas. Também diz que precisamos recuperar a noção de conflito, de dissenso. Como Sônia Corrêa, responde a uma pergunta da audiência, afirmando que fomos incapazes de criar ou fortalecer organizações políticas fora ou para além do Estado.

Na esteira deixada por Marco Aurélio, na crítica ao estadocentrismo, como se combinado fora, a deputada federal Áurea Carolina traz para a terceira sessão dos Diálogos a riqueza

do projeto coletivo das “Muitas”, explicado adiante. Cientista social de formação, mestre em Ciência Política pela UFG, Áurea Carolina teve um mandato como vereadora mais votada de Belo Horizonte e, na sequência, a conquista do mandato de deputada federal pelo PSOL.

Em suas próprias palavras, Áurea se define como uma inconformada com o mundo, com as condições desiguais de vida, para quem a “a ficha caiu” quando foi observando que o capitalismo vai engolindo os pequenos (bairros, comércio, gente...), de como uma mãe cria três filhas sozinha, contando com a ajuda de outras mulheres e de tantas lutas sociais da juventude, pelo direito de acesso à cidade, dos movimentos culturais de hip hop, entre outros. Percepções e realidades que a empurram para a política, para o agir coletivo; uma política feita nas entranhas, nas lutas antirracistas e feministas.

O projeto político coletivo das Muitas – uma proposta inovadora de eleição de uma chapa e não de um único indivíduo – foi capaz de reunir as experiências desde a militância na juventude, da vida acadêmica e da política institucional em um “laboratório de experimentação de práticas democráticas”. Para Gabriela Peixoto (2022), as mandatas coletivas fomentam a inovação democrática por garantirem que um grupo de mulheres, que dificilmente alcançariam o poder legislativo individualmente, consigam ser eleitas e atuarem como um mandato único. Além disso, as participantes “inserem em suas narrativas e atuações identificações com os feminismos e a institucionalização de ativismos oriundos de movimentos populares” (p. 14).

Sobre abismos e horizontes no Brasil em 2020, Áurea declara:

Eu vejo de forma bem dialética mesmo o nosso processo de construção de lutas. Ele se dá internamente nas nossas emoções, na nossa subjetividade e no processo coletivo. Chamo de uma “Pedagogia do encontro” aquela que a gente vai buscando a emancipação. Sendo uma feminista antirracista com essa bagagem toda, eu não tenho muita ilusão de que a gente vai passar uma régua e amanhã vai acordar para aquele Horizonte idealizado das coisas, né? Não é que não acredito na superação, é para dizer que as coisas são contingentes, são sistêmicas. O capitalismo vai encontrando formas de se reinventar continuamente e de se adaptar, então, essas violências estruturais também seguem esta tendência. E as lutas devem se dar também no espaço das lutas cotidianas, nas nossas famílias e comunidades. De como vamos fazer a riqueza circular e de como vamos nos cuidar. É nisso que acredito. E em muitos sentidos, estamos melhor agora que no século XX.

No âmago das lutas feministas e antirracistas estão os projetos para o bem viver, para a justiça ambiental, pela valorização e reconhecimento da diversidade de experiências humanas e não humanas, “pela alteridade do outro que é diferente de mim”. Para Áurea, a pandemia não será contida apenas pela vacina, pela tecnologia, mas por uma ciência que não vise apenas os interesses de grupos dominantes e privilegiados, mas sim uma ciência contra-colonialista.

E, então, ecoando com esta utopia, na quarta sessão recebemos Joaze Bernardino-Costa, doutor em Sociologia (UnB), pós-doutor em Estudos Étnicos (Universidade da Califórnia, Berkeley), um dos intelectuais brasileiros que lutaram pelas ações afirmativas nas universidades públicas. Ex-professor da FCS/UFG, mudou-se para Brasília em 2002 e, desde então, atua na graduação e pós-graduação na UnB. Em suas próprias

palavras, a entrada na universidade para cursar Ciências Sociais visando mudar o mundo é frustrada, pois a sociologia academicista quer entender o mundo, e não transformá-lo. Depois de um tempo, deixa de pensar a revolução apenas como luta de classes em sentido marxista e começa a pensar nas desigualdades por outras perspectivas.

No percurso entre UFG e UnB, Joaze coordenou o *Projeto Passagem do Meio: Qualificação de Alunos Negros de Graduação para Pesquisa Acadêmica na UFG*, financiado pela Fundação Ford, em 2001. O doutorado sanduíche com Ramón Grosfoguel na UCLA em Berkeley, EUA – famosa por seu engajamento em lutas sociais antirracistas, feministas etc. – e o encontro com a teoria decolonial foi outro momento importante para sua trajetória.

Pensando o contexto atual, ele acredita que, apesar de não corresponder à ideia de revolução, a vitória alcançada no terreno democrático, com as ações afirmativas, é um feito e tanto para um país como o Brasil. É uma política que traz esperança, na medida em que ela começa timidamente (UnB e UFG estão entre as primeiras) e se expande até se tornar uma lei do executivo (PEC 2015). Da realidade local, brasileira, Joaze destaca, ainda, que os governos mais à esquerda, em que pesem as contradições e limitações, fizeram coisas que ninguém achava possível em governos anteriores (Collor, Itamar, FHC), por exemplo, elevar o salário-mínimo ao patamar de 300 dólares. Então, existem caminhos a trilhar!

Joaze nos encoraja a pensar que este cenário conservador vai passar, que não precisamos ficar abatidos/as! “Não sabíamos que nossa democracia, nossos acordos, eram tão frágeis. É uma

oportunidade de pensar em uma nova utopia, um novo horizonte. Ele revela a necessidade de rever a utopia do século XX, o socialismo”. Para ele, em uma análise bem generalista, a utopia socialista ficou presa aos grilhões da modernidade, entendendo que a expansão do capitalismo era apenas de cunho econômico e que a luta de classes resolveria. A contribuição decolonial, como nos ensina Aníbal Quijano, mostra que havia também uma concepção racista, sexista, cartesiana, eurocentrista, classista e heterossexista dentro daquele plano. Havia, portanto, um projeto ontológico, uma zona do ser e do não ser (como em Frantz Fanon), alguns sendo considerados humanos e outros menos, ou não humanos. O horizonte é uma nova utopia que repense os valores da modernidade, no que ele inclui uma nova chave para pensar o poder de modo mais “comunalizado”, as pessoas podendo de fato fazer escolhas. No lugar da liderança de “vanguarda” para as “massas”, uma liderança de “retaguarda”, em uma posição de horizontalidade entre as pessoas, uma relação “ombro a ombro”.

E, então, chegamos à última sessão do ano, que tem a forte e revigorante voz de Cássia Virgínia Maciel, psicóloga, graduada pela Universidade Federal da Bahia, com especialização em gestão de pessoas no serviço público e mestrado pelo Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos, conhecido como “Pós-Afro”. Cássia é Pró-Reitora de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da UFBA e muitas de suas contribuições ao nosso debate estiveram conectadas ao entrelaçamento entre efeitos do racismo na subjetividade e o papel das políticas de ação afirmativa.

Sua autoconsciência começou com a leitura de *Peles Negras*, *Máscaras brancas*, de Frantz Fanon. De origem rural, em sua família várias são, ou foram trabalhadoras domésticas, sendo ela a primeira a entrar na universidade. Nos anos 1970, sua geração do subúrbio não sabia o que era a UFBA, “aquele prédio lindo que é um palácio”, uma vez que primeiro se aprendia o que era a universidade particular, pois o mito é de que pobres não estudam em universidades federais, “porque as provas são difíceis, que precisa falar inglês, que estuda o dia inteiro e não pode trabalhar etc.”. Aos 30 anos, após cursar enfermagem, ela foi fazer Psicologia (e ainda estava grávida de gêmeos!) quando já era técnica-administrativa concursada na UFBA. Aprendeu a universidade a partir da militância no sindicato e, assim, chegou na gestão “somando mais forças e seguindo”. Para ela, que vem de uma trajetória marcada pelo racismo, as ações afirmativas vêm para modificar isso.

Sobre quais seriam os maiores desafios e o que ela vislumbra como horizonte, Cássia primeiro fez uma consideração sobre nosso projeto. Segundo ela, tivemos o cuidado de criar um conectivo simbólico, que é o “contemporâneo”, o convite de chamar para uma ponte, elemento que ela julga ser exatamente o diálogo, que possui uma conexão com a afetividade, com as políticas de ação afirmativa:

Hoje as pessoas estão com mais convicções do que dúvidas, pouco afeitas a escutar, a dialogar para a construção de uma ponte comum, de um trabalho coletivo para a democracia. Quando falo de afetividade não me refiro ao amor romântico (...), estou pensando no amor revolucionário do Paulo Freire e do Fanon. Qualquer caminho que escolhermos seguir, precisamos

levar em conta a escuta sensível e qualificada, que dê a todas as pessoas a capacidade de se reconhecer. As pessoas estão se sentindo muito sozinhas, então estou focando nos laços de solidariedade. A educação antirracista é isso. Estamos num momento em que a depender da classificação, certas pessoas não são vistas como humanas. Precisamos colocar o edifício abaixo, como diz Fanon, destruir as estruturas. O horizonte, o desafio atual, é a comunicação e a afetividade e [também] direitos: moradia digna, trabalho, alimentação e uma “escola que seja legal, que tenha acesso à cultura ao esporte, ao lazer... O que essas pessoas estão chamando de utopia a gente pensa como a vida digna.

À pergunta “como é possível avançar em termos de alianças entre negros e não negros nas lutas antirracistas?”, Cássia pondera: o primeiro degrau da escada a ser quebrada é a conquista da humanidade plena, de o branco não ser o paradigma da civilidade e de humanidade, de não precisar gritar o óbvio de que vidas negras importam [em referência ao movimento *Black Lives Matter*], de romper com a herança da colonização. Então, é preciso avançar na problematização dos privilégios, de que a questão racial não é o “problema do negro”, mas das relações raciais atravessadas por classe e gênero no modo de produção capitalista, esse regime de acumulação que não permite que vejamos quem são os donos das grandes empresas, dos bancos, aqueles que detêm a posse de bens à custa dos que não têm. É uma questão de luta política.

Sobre ações afirmativas tais como as do Magazine Luiza, ela responde: “elas são estratégias muito importantes para promover inclusão no mundo regulado pelo mercado (que podem estar ligadas a interesses de grupos etc.), mas não são políticas estruturais que vão acabar com o racismo”. Críticas de

que isso é racismo reverso não colam mais, sabemos que vagas ocupadas por grupos historicamente discriminados não colocam em risco ou não prejudicam grupos historicamente privilegiados, “as pessoas sabem disso”.

Ano 2 - 2021

O segundo ano da pandemia marca o início de uma nova temporada do projeto, quando as universidades já estavam com atividades de ensino, pesquisa e extensão parcialmente estruturadas em um calendário acadêmico de reposição. Durante esse processo de retomada, a comunidade acadêmica enfrentava desafios, especialmente os estudantes, em relação ao acesso às aulas e à permanência na universidade diante do estado de calamidade pública. Embora as primeiras vacinas estivessem próximas e os boletins epidemiológicos mostrassem uma diminuição nos casos, ao longo do ano, a situação se arrastou e houve um novo aumento de casos. Essas questões continuaram como provocações durante as *lives*, fornecendo análises diante das dificuldades enfrentadas em diferentes áreas (como divulgação científica, pesquisa e políticas públicas), bem como as estratégias percebidas para o presente e para o futuro.

A primeira sessão teve como convidado José Alexandre Felizola Diniz-Filho, professor titular do Instituto de Ciências Biológicas UFG e integrante da Academia Brasileira de Ciências. Ele se destacou em 2020 ao colaborar em pesquisas e na imprensa como divulgador científico dos estudos e estratégias de enfrentamento da pandemia. Em sua apresentação, José

Alexandre compartilha parte de sua trajetória relacionada ao seu interesse pela biologia e, desde os anos 1990, pela análise estatística, o que o levou a atuar de forma significativa dentro da UFG, em consonância com a história da pós-graduação na universidade.

É nessa trajetória que José Alexandre explica sua atuação como pesquisador durante a pandemia, quando os modelos de análise e o tratamento de dados se tornam fundamentais para pensar as políticas de contenção e evolução da doença, tanto no Brasil como nas especificidades do estado de Goiás. Em 2019, um ano antes da pandemia, o professor participou da organização de uma oficina sobre ecologia humana em grandes escalas, que abordava o aumento de doenças e seus padrões espaciais. Esses dados levantados impulsionaram o interesse em realizar novas análises de modelos epidemiológicos diante do cenário que se apresentou em 2020.

Na análise desse contexto, o entrevistado destaca como a pandemia evidencia a politização da ciência, manifestada pelo negacionismo que resultou na recusa de medidas importantes por parte do governo federal e até mesmo em ataques diretos:

Na realidade todo o negacionismo científico, a visão anticientífica, principalmente do Governo Federal já estava começando em 2019, você falou do blog, eu ainda criei o blog por causa disso, mas na pandemia tudo isso ficou muito mais exacerbado. (...) o Tiago em particular foi alvo de ataques bem desagradáveis de pessoas ligadas à extrema direita ou então a essa visão negacionista. Tudo isso faz com que a gente pense de uma outra forma, a gente começa a refletir sobre o próprio papel da ciência e o que a gente tem que fazer como cientista e qual é a nossa posição.

Ao abordar a forma como os discursos científicos e anti-científicos se delineiam na atualidade, José Alexandre retoma aspectos relacionados à natureza da ciência, sua exterioridade e objetividade. Para ele, é necessário haver consensos em relação ao conhecimento científico, pois eles estabelecem um grau de separação em relação aos conhecimentos pseudocientíficos e suas disputas pelo espaço da autoridade científica. Nesse sentido, ele menciona que as perspectivas possíveis estão na universidade pública. Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas, tanto em termos orçamentários quanto políticos, a universidade se consolidou como um importante espaço de mitigação diante de um colapso social e sanitário durante a pandemia. Ele conclui destacando que esse protagonismo assumido por pesquisadores, comunidade universitária e ativistas evidenciou a importância do papel da universidade pública e da academia no apoio direto à sociedade.

Dando continuidade ao debate sobre a importância da universidade pública para políticas sociais efetivas, a segunda sessão, de julho de 2021, recebeu o doutor em antropologia (Museu Nacional, RJ) Waldemir Rosa, professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), com foco nos estudos da diáspora africana na América Latina e no Caribe. Além disso, o professor pesquisa políticas afro-reparatórias e as epistemologias afro-diaspóricas, o que tornou sua participação especialmente enriquecedora ao abordar a formação da UNILA e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), um projeto semelhante no contexto do ensino superior no Brasil com uma abordagem internacionalista.

Waldemir destaca que sua aproximação com as religiões afro, as festas de terreiro e a família de santo estabelecida nesses espaços são fundamentais para o desenvolvimento de seus interesses acadêmicos, assim como para a compreensão das configurações de resistência e das dificuldades impostas pelo cenário social e político do Brasil, que culminaram na crise sanitária. O professor ressalta como as políticas de reparação para afrodescendentes avançam em toda a América Latina, embora no Brasil, desde pelo menos 2019, essas políticas tenham sido interrompidas ou exijam uma luta social necessária para sua manutenção. Também destaca o motivo pelo qual o termo “políticas de afro-reparação” está sendo utilizado em vez de “políticas de afirmação”, para que a expressão reflita a profundidade histórica das relações étnico-raciais, revelando os danos causados pelo sistema escravista e pelo colonialismo na América Latina e Caribe, e a necessária articulação entre essas políticas, que não podem ser abordadas de forma isolada.

A integração latino-americana é relevante em um contexto geopolítico em que os debates intelectuais e culturais no Brasil ainda estão voltados para a Europa e os Estados Unidos. Assim, “temos uma universidade que nos confronta com toda essa diversidade e nos obriga a construir alternativas”. Os horizontes que surgem estão ligados à conexão entre a historicidade, o projeto epistemológico transfronteiriço e os mecanismos de resistência.

Como consequência dessas tensões, o modelo de democracia representativa brasileira se mostra exaurido, o que permitiu o surgimento de novas formas de lutas institucionais,

como as candidaturas coletivas e a participação política. Além disso, embora os mecanismos de ensino remoto impostos pela pandemia possam ser utilizados para aprofundar as políticas de austeridade do governo, eles também possibilitaram o surgimento de redes por meio das conexões virtuais, demonstrando a capacidade de resistência das lutas coletivas. “E uma vez que essa onda passe, será necessário reconstruir tudo e, nesse contexto, teremos a oportunidade de contribuir (...) refletir sobre os erros que cometemos no passado e o que podemos reconstruir”.

Mantendo o espírito crítico acerca do momento vivido, na terceira sessão de 2021 tivemos a alegria de conversar com Valeska Zanello, professora doutora do Departamento de Psicologia Clínica da UnB. Seus temas de estudo abrangem a saúde mental, o adoecimento, os estudos de gênero e sua constituição subjetiva. A professora é ativa nas mídias digitais e é convidada em diversos espaços acadêmicos e para além destes, onde desenvolve reflexões sobre dispositivos amorosos, maternidade e outros temas que despertam audiência diversificada. A professora justifica seu trânsito entre diferentes campos do conhecimento por sua formação acadêmica, que inclui doutorado na área de filosofia da linguagem e psicanálise, estudos da abordagem sócio-histórica e até mesmo antropologia. Além disso, ela possui interesse pela pesquisa acadêmica, afirmando que “os temas de estudo não fui eu que os procurei, eles que me encontraram”.

Valeska reflete sobre o adoecimento psíquico e as tecnologias de gênero, bem como as questões raciais e de classe,

e como essa investigação pode ser útil tanto no tratamento clínico, para compreender os processos que afetam pessoas em situação de sofrimento psíquico, quanto na divulgação científica, onde se enfrenta o desafio de apresentar uma linguagem acessível sem perder a complexidade do conhecimento científico. A análise prossegue pensando como a crise social e política no contexto brasileiro representa, do ponto de vista psicanalítico, um retorno dos conflitos negados na história do Brasil, que não podem mais ser negligenciados. Para a pesquisadora, esse desafio frequentemente leva a um sentimento impotente de ódio, que pode ser superado por meio de um debate que ainda costuma ser desconfortável no país: “não tem como pensar a democracia no nosso país sem pensar as duas violências estruturais fundamentais da nossa história que são o racismo e o sexismo; a escola precisa de letramento racial e letramento de gênero”.

O apagamento das revoltas e rebeliões na história do Brasil, especialmente aquelas protagonizadas por mulheres, indígenas e pela população negra, é algo frequente. Para a pesquisadora, nessas experiências reside a retomada do ódio como um mecanismo de transformação da indignação em ação política, em vez de ser convertido em adoecimento e alienação social.

Tatiana Dias Silva, doutora em Administração pela Universidade de Brasília e pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), encerra a última sessão desta temporada. Tatiana é baiana de Salvador e define-se como oriunda da classe trabalhadora, mulher de muitos interesses – arte, publicidade, teatro, literatura – que transformou suas

inquietações em pesquisas sociais, permitindo-lhe circular por diferentes áreas. Ela se dedica ao estudo de políticas públicas, da igualdade racial e do mundo do trabalho. Tatiana destaca a abordagem neoinstitucionalista para analisar políticas públicas e seu impacto sobre as desigualdades raciais reproduzidas nessas políticas, porque “mesmo políticas voltadas para a questão social acabam criando lacunas de atendimento, reforçando estereótipos ou limitando a participação de determinados grupos ou criando outros tipos de situações problema”.

Ao retomar o percurso das políticas afirmativas no Brasil, mas englobando em sua análise a transformação no mercado de trabalho, o debate promovido pelos movimentos sociais e nas universidades, Tatiana reflete como a oportunidade de acionar esses dispositivos da luta contra a desigualdade racial e vê-los sistematizados, manifestam-se em sujeitos herdeiros dessa trajetória histórica, “isso nos dá um compromisso, mas nos dá segurança de que estamos em um terreno que se construiu ao longo do tempo a partir de muitas reflexões e de vidas doadas de outras pessoas”. Citando a teórica do feminismo negro Patrícia Hill Collins, afirma que, para que haja empoderamento e enfrentamentos das desigualdades, é necessário entender os “eixos de opressão” e seu *modus operandi*, como no caso das políticas públicas, criando gargalos e dificuldades.

Tatiana lembra que, embora de importância crucial, as políticas de ação afirmativa precisam ser vistas como camadas dentro de uma estrutura fundada no racismo estrutural e institucional, o que levaria a questionamentos como não apenas o acesso aos espaços públicos, mas também qual o desenho

organizacional e como os conteúdos políticos desse acesso estão espelhados na sociedade.

Para ela, no berço dos horizontes possíveis estão os espaços de resistência e difusões, muitos que estão vinculados em órgãos e centros de pesquisas, moldando propostas e reflexões que permitam avançar futuramente. Tatiana lembra que mesmo as políticas afirmativas não surgem do alto escalão governamental, mas foram gestadas por muito tempo, enfrentando resistências até que pudessem ser colocadas em prática: “eu procuro colocar minha reflexão e minha esperança nessa consciência histórica, nessa trajetória que já vem de longe”.

Ano 3 – 2022 e início de 2023

Em 2022 tivemos a última temporada do projeto, em meio aos efeitos devastadores da pandemia – mais de 700 mil óbitos, acirramento da desigualdade e da fome e muito mais. Os movimentos de retomada para as atividades presenciais e com maior aglomeração, inclusive nas universidades, tomam corpo graças às campanhas de vacinação e das políticas de controle epidemiológico. No segundo semestre, a tensão do pleito presidencial e das eleições ao legislativo federal e estadual fizeram ebulir disputas em retrospecto sobre governos passados, mas, principalmente, dos projetos futuros, prioridades e agendas para o Brasil. Portanto, a partir do reconhecimento dessa conjuntura, essa temporada do projeto se intitula *Abismos e Horizontes: eleições em tempos de crise*, contando com cinco novas sessões.

O primeiro episódio recebeu Erika Kokay, deputada federal por Brasília pelo Partido dos Trabalhadores (PT). A deputada percebe a sub-representação das mulheres na política como um fenômeno persistente e preocupante, reconhecendo que a representação feminina nos cargos políticos no Brasil ainda é notavelmente baixa. A baixa representação não se concentra apenas aos cargos eletivos, mas também se estende a outros espaços de decisão, ainda assim, mesmo no poder legislativo, as poucas mulheres eleitas frequentemente são preteridas nos cargos de liderança e destaques, agravando a desigualdade de gênero contida nesses espaços.

Essa desigualdade tem implicações profundas para a democracia e a sociedade como um todo. De maneira imediata, a diversidade de gênero nos espaços de poder constitui modos de fazer com que as perspectivas e necessidades das mulheres sejam apresentadas e consideradas nas políticas públicas. Essa sub-representação limita os avanços na igualdade de direitos e, em diversos momentos históricos, permite que esses direitos sejam ameaçados:

Eu diria que nós precisamos enfrentar a sub-representação política, mas nós precisamos também a identificar outras formas de dominação (...) porque discriminações também não são solitárias, elas se retroalimentam, porque significam combater uma lógica de que a humanidade é uma só com várias formas de ser, com várias formas de amar, várias formas de pensar, mas é uma só, então quando você nega a diversidade, você também nega a própria humanidade.

Para Erika, a participação política não está atrelada apenas ao nível da corrida eleitoral por votos durante uma eleição.

Permite, também, um processo educativo de combate à discriminação na sociedade, desde que essa diversidade esteja representada e que os grupos mais marginalizados percebam a possibilidade de pleitear os direitos a um cargo político.

No segundo episódio da temporada, recebemos Cristiano Rodrigues, doutor em Sociologia e professor da Universidade Federal de Minas Gerais. Os estudos afrolatinoamericanos e de participação política são os temas aos quais o professor se dedica. Para ele, historicamente, o movimento negro brasileiro passou por diferentes fases de interação com os partidos políticos. Desde os anos 1970, houve uma escolha deliberada de parte de seus militantes em ingressar em determinados partidos, acreditando que isso lhes permitiria influenciar o Estado de dentro para fora, de incidir sobre a política institucional nas décadas seguintes.

Após 2003, com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal, houve uma série de mudanças significativas, especialmente em relação aos cargos no governo e às políticas públicas relacionadas à questão racial e de gênero. Essas conquistas foram, em grande parte, graças à articulação e luta das mulheres negras por políticas públicas, sobretudo através da criação das Secretarias de Políticas para as Mulheres e de Promoção da Igualdade Racial.

Para Cristiano, temos hoje melhores condições de eleger candidatos negros do que no passado, ainda que pesem todas as dificuldades de acesso, o financiamento público de campanha permite que algumas disparidades sejam amenizadas. Em contexto de grave crise da democracia representativa, não

apenas no Brasil, o pesquisador observa que dois grandes caminhos são tomados: o do descrédito da política frente às demandas populares, e um outro, que engloba as inovações democráticas, como os próprios mandatos coletivos, que representariam um reencantamento da política. No lugar da negação, a solução do distanciamento da política na vida das pessoas só pode ser resolvida com mais política: “como é que a gente vai fazer coexistir pluralidade e interesses políticos de uma população mais ampla?”. A pergunta segue aberta...

Em agosto de 2022, já com o início da corrida eleitoral, o “Diálogos” recebeu a professora Jaqueline Gomes de Jesus, psicóloga e docente do Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ. Jaqueline foi a primeira gestora do Sistema de Cotas para Negras e Negros da Universidade de Brasília – UnB. Para a pesquisadora e ativista, é no transfeminismo que se tem pensado ações e perspectivas diferentes das abordagens tradicionais sobre gênero e essa abertura é um passo importante para a compreensão e inclusão da experiência trans nas lutas sociais, visto que o movimento feminista conquistou maior inserção no debate público das últimas décadas.

A representatividade trans também permite uma transformação dos padrões de masculinidade, afirma Jaqueline. Os homens trans, ao desafiarem as normas de gênero estabelecidas, permitem que um rearranjo dessas relações seja estabelecido. Essa mudança pode influenciar positivamente a sociedade e a formação das identidades, como também a luta nos espaços de poder. A pesquisadora retoma a importância da representatividade política da população LGBTQ+, que ainda

sofre diversas camadas de exclusão para que suas vozes ecoem na sociedade. É na representatividade política que o poder pode ser redefinido em base de outras categorias, tornando as decisões e ações políticas mais efetivas. Essa agenda necessita, portanto, de apoio, formação política sólida e mobilização para que candidaturas trans, por exemplo, consigam acessar e permanecer dentro das estruturas partidárias, garantindo também que suas necessidades e projetos sejam atendidos, colocados em pauta nos programas eleitorais e governamentais.

A pesquisadora e ativista Denise Mantovani marca o quarto encontro do projeto no ano de 2022. Denise possui expertise em diversos cargos públicos, como jornalista, em variados meios de comunicação, além de doutora na área de gênero e política, o que a leva, em suas próprias palavras, para uma atuação no campo da comunicação pública, especialmente debatendo os temas dos feminismos, da política e dos desafios do presente. Um ponto importante que a pesquisadora analisa em relação às dificuldades atuais é a falta de reconhecimento de questões estruturais que contribuem para a desigualdade de gênero. Ela destaca que, mesmo entre algumas deputadas eleitas no campo da direita e da extrema direita, há uma tendência a denunciar a violência contra as mulheres, mas sem reconhecer a estrutura patriarcal, a divisão sexual do trabalho e o racismo como fatores fundamentais que produzem essa desigualdade. Para ela, o desafio é a linguagem que, em vez de ser academicista, precisa ser de acolhimento.

O que Denise aponta é que a comunicação para a transformação precisa considerar as variadas experiências das

mulheres, especialmente aquelas que tornam a todas vulneráveis, as múltiplas vivências de violência no cotidiano. A partir desse eixo em comum, deve-se acolher essas mulheres, como uma escuta ativa feminista, mas, principalmente, destaca Denise, o objetivo aqui não é “ensinar” ou “salvar” alguém, mas também reconhecermos que esse aprendizado é necessário para a militância conseguir avançar em mobilização, mesmo entre mulheres que hoje se encontram em agendas opostas ao movimento: “o desafio na comunicação é esse encontrar uma linguagem acolhedora e que aquele saber que nós temos pode trocar com o saber que elas têm”.

O quinto e último episódio da temporada “Eleições em tempo de crise”, que marcou o terceiro ano de pandemia, ocorreu em março de 2023. O encontro coroa as análises sobre o campo da política institucional e o acirrado processo eleitoral com a presença da deputada federal por São Paulo, Sâmia Bomfim (PSOL). A ativista, que tem 33 anos, reconhece os abismos que estão colocados na crise política brasileira e na oposição à agenda dos direitos humanos, mas vê com otimismo que, na nova legislatura, novas mulheres puderam ser eleitas:

[São] mulheres com muita força muita expressão eleitoral que são as principais protagonistas dessa disputa isso tem um papel ainda maior porque elas têm mais autoridade para dialogar com as mulheres brasileiras porque alguma identificação as mulheres brasileiras têm sobre elas são mulheres também.

Sâmia, que se tornou mãe durante a pandemia, também reflete sobre o espaço potente que a maternidade pode se tornar

quando observada sob a luz dos diferentes enquadramentos que essa experiência proporciona, desde a dificuldade para as mães trabalhadores, os papéis de gênero instituídos no ambiente doméstico, a licença maternidade e a terceirização desse cuidado. E é essa experiência que levou Sâmia a apresentar o projeto de lei denominado “Estatuto da Parentalidade”, que busca dar condições igualitárias de cuidado para pais e mães. A deputada salienta, contudo, que o projeto não reforça antigas estruturas sobre família que já eram desiguais, mas sim busca combater esse entendimento, ampliando também a noção de família, colocando na agenda pública o cuidado como um importante mecanismo da práxis feminista.

Ainda assim, a parlamentar reconhece que os desafios são enormes, especialmente para refletir sobre as condições socioeconômicas de mulheres e a consolidação e conquista dos direitos sexuais, como o aborto legal e seguro: “não digo que é impossível porque muitas coisas podem acontecer, às vezes fatos políticos inimagináveis desencadeiam processos políticos tão intensos e transformadores”. Katia Karam, uma espectadora da *live*, fez um comentário significativo: “como mãe e avó feminista, fico extremamente feliz com esta discussão e o projeto”, e é nessa junção de experiências sobre o materno e os direitos fundamentais das mulheres que as vivências se conectam.

Considerações finais

Para além da riqueza de tudo o que acabamos de relatar, ainda que em síntese, concluímos que o mundo *online* ampliou a

frequência de público externo, aproximando-se dos 50% que são requeridos para que uma atividade seja enquadrada como extensão. Considerávamos um sucesso quando reuníamos em uma sala presencial entre 20-30 participantes. Este desafio foi superado, uma vez que cada atividade dos Diálogos reuniu em média 180 participantes de localidades diversas, não só de Goiás. Há sessões com mais de 300 visualizações. Ao mesmo tempo que o projeto ampliou a audiência às ações do Ser-Tão, ele incidiu positivamente na adesão de novos usuários das nossas redes, chegando a mais de 500 inscritos no *YouTube*, quase três mil seguidores somados no *Instagram* e no *Facebook*.

Em 2023, o Núcleo restabeleceu suas atividades presenciais em ritmo progressivo. Nada assegura que o futuro de projetos como o Diálogos esteja condicionado à sua realização remota, mas é inegável que as lições aprendidas de modo radical e abrupto nos fazem pensar acerca dos significados das relações em presença no mundo físico e do alcance das mesmas no mundo remoto.

É no cruzamento entre ação e teoria que os estudos feministas encontram sua prática. Portanto, as ações de extensão, com a permissão de avançar para além e dentro dos muros da universidade, são territórios potencialmente transformadores. A abertura dessa experiência a um público mais amplo, que tomou conhecimento e se interessou por assistir e participar dos encontros, vai na direção do que Ana Costa e Clarice Pinheiro (2013, p. 619) chamaram de “se fazer entender” nas atividades de extensão. Esse seria o eixo norteador

de um exercício de tradução e modulação da linguagem dos movimentos sociais, técnicos e acadêmicos.

Na conjuntura analisada, uma interpretação sobre o caso brasileiro só poderia ocorrer se considerado o ambiente macropolítico. Nossas/os entrevistadas/os apresentaram suas análises interdisciplinares e, a partir de cada lócus de atuação, estratégias possíveis para desencadear mudanças a partir das resistências que não arrefeceram durante os duros impactos da pandemia de Covid-19 e a criminalização política das lutas relacionadas aos marcadores de raça, gênero e classe. Fernando Seffner (2022) resume esse processo a partir dos ataques de viés autoritário sobre o campo da educação escolar. Nessa esteira, as pautas morais aliaram-se ao contínuo avanço da ideologia neoliberal, que estabelece uma cultura da individualidade e, com isso, sacrifica o reconhecimento e as alianças pertinentes à diferença (Brown, 2019).

Iniciativas como o Diálogos demonstram uma resiliência em tempos políticos desafiadores, porque a despeito das perseguições e ameaças reais sofridas no terreno da educação, o que o projeto produziu foram efeitos de solidariedade e uma tessitura da esperança. Os vídeos das sessões completas estão disponíveis em: <https://www.youtube.com/@SerTaoUFG/streams>.

Referências

CAMPOS, CARMEN HEIN DE; CASTILHO, ELA WIECKO VOLKMER DE; MACHADO, ISADORA VIER. "VIOLÊNCIA DE GÊNERO E PANDEMIA". **REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS**, FLORIANÓPOLIS, v. 30, n. 2, 2022.

COSTA, ANA ALICE A.; PINHEIRO, CLARICE C.. DESAFIOS DA LINGUAGEM NO DIÁLOGO DOS ESTUDOS FEMINISTAS COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS. **REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS**, v. 21, n. 2, p. 617-624, MAIO DE 2013.

MÉLO, CLÁUDIA BATISTA ET AL. "A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL E SEUS DESAFIOS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19". **RESEARCH, SOCIETY AND DEVELOPMENT**, v. 10, n. 3, p. e1210312991, 2021.

SEFFNER, FERNANDO. "EM TEMPO DE GUERRA TODO BURACO É UMA TRINCHEIRA". **REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS**, FLORIANÓPOLIS, v. 30, n. 2, e86992, 2022.

SILVA, GABRIELA PEIXOTO V. "**MANDATAS COLETIVAS**": UM ESTUDO SOBRE FEMINISMOS, SOLIDARIEDADE E POLÍTICA INSTITUCIONAL NO BRASIL. 2022. 210 F. TESE (DOUTORADO EM SOCIOLOGIA) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, GOIÂNIA, 2022.

SILVA, MÁRCIA ALVES DA. A INCORPORAÇÃO DA TEMÁTICA DE GÊNERO E DIVERSIDADE NA ACADEMIA: POR UMA ECOLOGIA DE SABERES NA UNIVERSIDADE. **EDUCAR EM REVISTA**, v. 34, n. 70, p. 293-307, JUL. 2018.

PRADO, MARCO AURÉLIO M.; JUNQUEIRA, ROGÉRIO DINIZ. A GESTÃO ÉTICO-POLÍTICA DA PANDEMIA NO BRASIL: "GRUPO DE RISCO" E NORMALIZAÇÃO DA CATÁSTROFE. **CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO** (CAMPANHA). JULHO DE 2020. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://CAMPANHA.ORG.BR/ANALISES/ROGERIO-DINIZ-JUNQUEIRA/GESTAO-ETICO-POLITICA-DA-PAND](https://campanha.org.br/analises/rogerio-diniz-junqueira/gestao-etico-politica-da-pandemia-de-covid-19-no-brasil-grupo-de-risco-e-normalizacao-da-catast/)
[EMIA-DE-COVID-19-NO-BRASIL-GRUPO-DE-RISCO-E-NORMALIZACAO-DA-CATAST/](https://campanha.org.br/analises/rogerio-diniz-junqueira/gestao-etico-politica-da-pandemia-de-covid-19-no-brasil-grupo-de-risco-e-normalizacao-da-catast/). ACESSO EM: SETEMBRO DE 2023.

BROWN, WENDY. **NAS RUÍNAS DO NEOLIBERALISMO:** A ASCENSÃO DA POLÍTICA ANTIDEMOCRÁTICA NO OCIDENTE. TRADUÇÃO DE EDUARDO ALTHEMAN E MARIO MARINO. 1ª EDIÇÃO, SÃO PAULO, POLITEIA. 2019.

UFG. RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 39/2020. DISPONÍVEL EM:
[HTTPS://FILES.CERCOMP.UFG.BR/WEB/UP/694/O/RESOLUCAO CONSUNI 2020 0039 %281%29.PDF](https://files.cercomp.ufg.br/web/UP/694/O/RESOLUCAO_CONSUNI_2020_0039_%281%29.PDF) ACESSO EM: SET. 2023.